

O discurso e a construção da notícia: uma análise do caso da Escola de Realengo¹

Vanessa FIGUEIREDO²

Ana Paula Goulart de ANDRADE³

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ

Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

A proposta desse trabalho é contribuir para uma investigação das práticas jornalísticas na construção de notícia e incentivar a discussão e a aplicação de conceitos originados da Teoria do Jornalismo para a compreensão de novos aspectos comunicacionais, diante da popularização dos dispositivos digitais e, essencialmente, do fazer jornalístico. Nesse sentido, pretende-se para analisar a construção da notícia, a partir de um vídeo amador sobre o Caso da Escola de Realengo (Tasso da Silveira), na produção dos discursos jornalísticos oriundos dos conteúdos noticiosos, no contexto da cultura contemporânea marcada pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Palavras-chave: teoria do jornalismo; discurso; construção da notícia; dispositivos digitais.

Introdução

A construção e a credibilidade de uma notícia estão intimamente relacionadas à impressão que o discurso proferido causa nas audiências. Os critérios de seleção de palavras e de relativização dos meios e do público que irá recepcionar essa informação são considerados, na medida em que precisam denotar consonância com diretrizes e paradigmas incorporados pelos grupos a que se destina a mensagem (BERGER, LUCKMAN, 2003, p.101-102). O discurso verdadeiro, por assim dizer, é o discurso relativizado para os diversos contextos e interesses que envolvem a organização de símbolos, códigos e linguagens cujo entendimento é formalizado através da reciprocidade - ou negação - ao que é apropriado pelo grupo a que se designa (FOUCAULT, 2010).

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ; bolsista CAPES; graduada em Produção Cultural pela UFF. E-mail: vanesfi@gmail.com.

³ Mestranda do Curso de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ; membro da Rede de Pesquisa em Telejornalismo da SBPJor; jornalista; especialista em Telejornalismo pela UNESA; graduada em Comunicação Social – Jornalismo; professora do Curso de Jornalismo da UNESA e editora de texto da Rede Record de Televisão. E-mail: goulartdeandrade@gmail.com.

Outrossim, na esteira teórica sobre o Jornalismo, a qual essa pesquisa se anela, conceitos como o do *newsmaking*, critérios de noticiabilidade, discurso, bem como os novos rumos da pesquisa jornalística diante desse cenário fragmentado e descontinuado, conforme propõe José Marques de Melo (2003), também serão trabalhados nesse trabalho com o intuito de lançar mais luz sobre a questão proposta. Autores como Michel Foucault (2010), Berger e Luckman (2003), Maingueneau (1997), Miquel Alsina (2009), Bourdieu (1989), entre outros contribuem para o entendimento do tema abordado.

Para tanto iremos investigar como foi feita a construção da notícia a partir de um vídeo produzido por um cinegrafista amador sobre a tragédia que aconteceu na Escola Tasso da Silveira, em Realengo.

Assim, esse trabalho se inclina a analisar a construção da notícia como prática jornalística incentivando o entendimento de comportamentos próprios dos novos aspectos da comunicação jornalística, diante da popularização dos dispositivos digitais e, essencialmente, do fazer jornalístico no contexto da cultura contemporânea, marcada por novas formas tecnológicas interativas de informação e comunicação.

O Discurso

Em um sentido bastante amplo, o discurso pretende levar alguma mensagem, seja enunciativa, seja explicativa, como uma forma de informar algo àqueles/as que dão atenção ao que se é passado por meio do discurso. Além disso, o que se profere ou se expõe pretende ser inteligível, do contrário não haveria propósito na própria ação. Maingueneau (1997) discorre sobre a enunciação como sendo um dos fatores de suma importância para a legitimação do discurso. Não se trata somente do que se profere, mas, ainda, do contexto em que essa mensagem circula, apoiado por elementos sócio-históricos os quais determinam o “impacto” de um determinado discurso sobre um grupo social (MAINGUENEAU, 1997, p.33).

A reverberação de um discurso é construída sobre elementos que caracterizam os diversos grupos sociais. Tais elementos apoiam-se em referências econômicas, sociais, históricas e geográficas, por exemplo. Esse conjunto diferencia o “impacto” gerado pela mesma mensagem em indivíduos de classes sociais distintas, com necessidades sociais diferentes, de gerações diversas e, ainda, localizados em territórios diferentes. Nesse sentido, a enunciação sobre a qual discorre Maingueneau é determinada por todos

os fatores implicados nas relações sociais entre indivíduos e entre estes e as instituições legitimadas por eles (1997, p.50). Portanto, o discurso, nas palavras de Maingueneau, não ocorre antes de ser proferido, mas é construído juntamente com o contexto em que ele é proferido, com as pessoas que se dispõem a ouvi-lo, vê-lo e lê-lo, bem como com o tempo cronológico em que ocorre. A legitimação, conseqüentemente, será observada no “impacto” gerado pela informação contida no discurso.

O conceito de enunciação proposto por Maingueneau guarda semelhanças com a relação de plateia/bastidores proposta por Goffman (2002). Por meio dessa relação, concebe-se um acordo tácito entre o que será apresentado por aqueles/as que estão sob os holofotes e a plateia que recepcionará essa encenação. Tudo o que será representado, incluindo o ambiente em que a ação é gerada, faz parte de uma expectativa, uma segurança de que o “espetáculo” não mostrará nenhuma surpresa. Como em uma zona de conforto, em que conhecemos muito bem as condições e os elementos dispostos, gerando uma posição de segurança, os papéis são desempenhados a fim de estabelecer uma condição, seja pela posição ocupada, seja pelo que se pretende alcançar junto à audiência, para a legitimidade da encenação.

Nesse sentido, podemos relacionar ao acordo tácito os elementos para que o discurso, ou a encenação, segundo Goffman, seja efetivo e, por conseguinte, legitime a sua principal proposta. Isso acontece, por exemplo, quando se pretende exaltar sentimentos de repulsa a um assassino apelando para o choque e para cenas de violência explícita. Havia o acordo tácito anteriormente, tendo em vista que o assassino deve ser condenado pelo seu crime, logo o público não espera outra coisa que não seja a condenação pública por meio de matérias jornalísticas que legitimem essa posição. Conseqüentemente, a exaltação, os sentimentos e os comentários gerados acabam por legitimar o discurso como eficaz, tendo em vista que a sua enunciação ocorreu no momento em que as expectativas pela sua divulgação foram alcançadas.

Em se tratando da relatividade do discurso, considerando a sua condição de verdadeiro ou falso, é possível abordar os conceitos de comentário e de autor propostos por Michel Foucault (2010). O comentário acerca do discurso contribui para que este permaneça relevante através dos tempos. A compreensão do discurso se dá por sua capacidade de permanecer vivo e constantemente lembrado por aqueles que o adotaram. O comentário renova a posição do discurso e a possibilidade de enxergar o que ainda pode ser dito e, portanto, apropriado continuamente. A permissividade do acaso, da desor-

dem, é excluída por sempre se referenciar o texto original (FOUCAULT, 2010, p. 25). A referência mantém o discurso “apropriável”, pois dá margem para que incorporações mais recentes possam ser feitas. Conseqüentemente, o discurso ainda é inteligível. Traçando um paralelo com o conceito de enunciação de Maingueneau, ressaltamos a importância da questão do “apropriável”: “a enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção de sentido e dos outros sujeitos que aí se reconhecem” (MAINGUENEAU, 1997, p.50).

A autoria do discurso também é um fator determinante sobre a sua legitimidade. Pode ser o caso da testemunha ocular do fato que, por estar tão próxima de uma tragédia, mereça atenção pela mensagem produzida. O/A autor/a precisa construir a sua mensagem, seja esta audiovisual, escrita ou falada, com o propósito de promover o “impacto” antecipado quando na elaboração de seu discurso. Foucault (2010) construiu o conceito de autor com base na credibilidade embutida no discurso. O sentido de credibilidade relaciona-se com o que se expõe, por meio do discurso, e com o que é observado por meio do comportamento do autor (FOUCAULT, 2010, p.26). Há que se esperar uma coerência entre as duas partes para, enfim, o discurso ser legitimado. Notamos uma semelhança entre a proposta de Goffman e o conceito de autor de Foucault, na medida em que a plateia/indivíduos cobram coerência entre a enunciação e a representação. Por isso, as emoções explicitadas, o enquadramento cênico e a situação precisam estar condizentes com o que o/a autor/a se propõe a passar.

Nesse sentido, poderíamos dizer que o discurso representa elementos reconhecíveis por um dado grupo social. As referências e os signos são inteligíveis e devem representar exatamente o que é compreendido por seus/suas destinatários/as. O discurso, por sua vez, não depende somente da escolha cuidadosa das palavras e dos códigos que deverão ser transmitidos, mas do contexto sócio-econômico em que se sustenta tanto seu/sua autor/a quanto as suas audiências. Podemos falar em poder simbólico, no sentido que Bourdieu propôs: “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p.15).

Por sua vez, o discurso tende a determinar os modos pelos quais os indivíduos se percebem em sociedade. Foucault aborda isso com base em diversos elementos, dentre

os quais o do comentário e o do autor. Um outro aspecto apontado é a questão histórica do discurso, que caracterizará não somente aspectos da vida de outrora, mas como um povo gostaria de ser percebido pelas gerações seguintes (FOUCAULT, 2010, p.17). Bourdieu trata isso como a autoridade que, pela sua posição, legitima o discurso. Essa autoridade tem a sua disposição uma estrutura a qual dará legitimidade ao seu discurso e, por conseguinte, construirá um contexto no qual esse discurso encontrará terreno fértil. Segundo o autor, esta autoridade “é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere*.” (BOURDIEU, 1989, p.145)

Os valores são instruídos, portanto, por aquele/a que detêm os recursos para legitimar o discurso. No sentido que Bourdieu coloca, será a pessoa que é reconhecida como parte de um sistema que pretende orientar uma sociedade. Maingueneau, por sua vez, coloca a questão da comunidade discursiva, em que pressupõe a relação entre instituições e agentes (1997, p.56). Isso, por sua vez, está ligado ao conceito de “formação discursiva” o qual o discurso é o elemento que conecta os elementos cênicos, aliados ao sujeito, ao contexto histórico e ao ambiente em que se processa a ação (MAINGUENEAU, 1997, p.42). Considerando que aqueles/as que detêm o poder sobre as estruturas em que se apoiará o discurso colaboram ou não para a sua legitimidade, os valores serão organizados sob a ótica do que se pretende expor, a fim de manter a ordem social.

Nesse sentido, poderíamos trazer à tona as inserções de aspectos capazes de mudar paradigmas até então estabelecidos por essas autoridades. A questão dos interesses econômicos e políticos parece motivar as transformações em sociedade. Quando observamos a atenção dada a conteúdos audiovisuais produzidos por anônimos/as é preciso considerar uma motivação, pelo menos, econômica em oferecer um espaço relativamente caro, como em veículos de notícia, para esse material, além da questão do pertencimento.

O discurso funciona como o elemento que amarra os símbolos, códigos e instituições que, por não serem inanimados, não são capazes de comunicar os seus objetivos e as suas propostas. Nesse sentido, o discurso enunciado determina as visões de mundo de um grupo, independentes deste estar localizado em um mesmo território ou em diferentes classes sociais. Basta que exista um elemento reconhecível por todos e que, por conseguinte, possa ser legitimado. Nesse sentido, o discurso não se compõe apenas de palavras - que são codificadas para se tornarem inteligíveis -, mas é corroborado no instante que a sua enunciação atinge o seu objetivo, considerando tanto as pessoas a que se des-

tina, bem como os elementos sócio-econômicos, do espaço e históricos que compõem as identidades desse grupo.

Dispositivos digitais na construção de discursos

As novas tecnologias da informação e da comunicação têm possibilitado a emergência de discursos múltiplos, interseccionais, paradoxais, legitimadores, justamente pelo fato de, em tese, dar voz a qualquer pessoa, por meio de suportes digitais, para que sua opinião seja expressa (LEVY, 1999). Por outro lado, embora exista essa noção de uma fala democrática, organizações jornalísticas tradicionais ainda exercem um papel referencial, no que concerne à procedência e legitimidade do fato noticiado. A atuação de outros produtores de conteúdo, independentes das empresas de comunicação, e como eles redesenham a apropriação de discurso.

O ritmo desenfreado de inovações tecnológicas que se tem experimentado nas últimas décadas trouxe como consequência a inevitável popularização dos mais diversos tipos de dispositivos, dentre os quais figuram os de captura de imagens. Se, antigamente, os recursos tecnológicos de produção audiovisual eram quase que exclusividade das emissoras de televisão e estúdios cinematográficos (pouquíssimas pessoas alheias ao fazer profissional dispunham de tais aparatos), atualmente, esses recursos alcançaram praticamente todos os espectros sociais, na forma de filmadoras amadoras, câmeras de circuito interno, câmeras fotográficas e celulares dotados de recursos audiovisuais, *webcams* etc., que servem aos mais diversos propósitos do cidadão comum, mas que também operam em serviços de segurança para empresas, condomínios, shopping centers e até ao governo, na forma de sistemas de controle de tráfego e vigilância dos espaços públicos.

Mais do que resultar numa produção exponencial de conteúdos audiovisuais, o fato observado vem ocasionando um número avassalador de flagrantes das cenas do cotidiano, de tal sorte que praticamente todo e qualquer acontecimento tem sido capturado e registrado por algum tipo de dispositivo de visibilidade. Não à toa, pois, que os sites de compartilhamento de vídeos, por exemplo, o *Youtube*, tem logrado grande sucesso de audiência. Parece que a sociedade vem obedecendo às mais diversas motivações, desde o entretenimento até a informação.

Assim é que, no embalo das circunstâncias, essas mesmas imagens têm figurado em demasia nas grades de programação da TV e redes sociais. Desta forma, o olhar do

indivíduo comum tem coabitado a cena jornalística, concretizando o que se tem chamado de “jornalismo participativo”. Essa prática se integra a realidade da cultura contemporânea marcada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, na qual cada um pode ser “produtor, criador, compositor, montador, apresentador, difusor de seus próprios conteúdos” (SANTAELLA, 2004, p.82), e, assim, pode-se constatar que o jornalismo vem sentir os efeitos da virada de uma sociedade determinada pela distribuição piramidal de conteúdos para uma marcada pela distribuição reticular.

Destarte, pode-se observar que as novas tecnologias têm contribuído a cada dia para a construção de novos modos de interpretação dos fatos cotidianos a partir de perspectivas construídas por dispositivos audiovisuais operados por “leigos” que, ao ser legitimado pelos veículos de comunicação, interferem na construção da notícia dos modos tradicionais do fazer jornalístico.

A construção da notícia: o caso da Escola de Realengo

O que vem sendo chamado de jornalismo participativo tem se tornado uma prática contumaz na composição dos noticiários televisivos. Além de ilustrar a notícia, a sequência de imagens invariavelmente explora, então, o movimento visual requerido pelo telespectador ávido por estímulos sensoriais mais intensos, como é de senso comum na atualidade – inclusive, para corroborar a máxima corrente nas redações telejornalísticas que diz que “TV é imagem”.

A título de exemplo, é possível assistir um vídeo⁴ produzido por um cinegrafista amador durante uma tragédia ocorrida dentro da Escola Tasso da Silveira, em Realengo.

No caso do vídeo em questão a imagem força o telespectador a ocupar o lugar do olho do observador que, efetivamente, testemunhou o fato. Essa história aconteceu no dia 07 de abril de 2011. Alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, assistiam aulas normalmente. Por volta das oito e meia da manhã o atirador Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, ex-aluno da mesma unidade, invadiu a escola com a alegação que daria uma palestra no local. Ele atirou em várias salas de aulas atingindo vinte e quatro alunos entre 12 e 14 anos (11 morreram e 13 ficaram feridas) e depois se suicidou.

⁴ <http://noticias.r7.com/videos/cinegrafista-registra-os-primeiros-momentos-apos-massacre-no-rio/idmedia/4fb3972b3467e788ed1d50ce8245049a.html>.

Instantes depois um cinegrafista amador, dotado de aparatos tecnológicos, percebe o acontecimento e vai “cobrir” a notícia. É interessante destacar que ele, como um cidadão comum, busca aquilo que, naquele momento interessava a muitos, principalmente aos pais e familiares, e não só aos curiosos de plantão. O vídeo foi exibido com exclusividade pela Rede Record no Jornal de Rede. Com uma narração pontuada por uma repórter o vídeo narra passo a passo desse “contribuinte”. Além de ter acesso a lugares inicialmente proibidos, ele avança com facilidade e vai, a qualquer custo, em busca da “melhor imagem”, do melhor “enquadramento”, livre de preocupações técnicas, estéticas e, acima de tudo, éticas, tradicionais no telejornalismo, apenas imbuído de que aquele conteúdo de fato que virou acontecimento a partir dessa construção.

A princípio, um ponto a se destacar é esse tipo de trajetória da notícia já faz parte do escopo da realidade construída pelo imaginário do público espectador, já que, como visto acima, ele mesmo já manuseia com naturalidade e intencionalidades os dispositivos amadores, tanto quanto já se apropria das mais diversas imagens depositadas em sites de compartilhamento de vídeos da internet e em outras plataformas que dominam os dispositivos digitais.

Nessa perspectiva, Miquel Alsina (2009) corrobora para a discussão dessa análise ao elencar elementos essenciais do acontecimento e discutir o jornalismo como uma atividade especializada da construção da realidade social. O autor trabalha com a efetividade do discurso jornalístico em um processo que além de informar, faz crer (persuadir), agir (manipular) e sentir (emocionar). O autor leva em conta três instâncias da construção da notícia: a produção, a circulação e o consumo. Portanto, o discurso jornalístico é feito a partir de uma proposta pragmática que está intimamente ligada à confiança. Elemento caro a esta análise. Mas, afinal, como estabelecer confiança nas informações apuradas aleatoriamente a partir desse contexto já apresentado no vídeo? É preciso uma legitimação para que o telespectador “confie” no que está sendo visto. Alsina destaca que ao apresentar os meios de comunicação como transmissores da realidade social e dependentes da atualidade, o autor afirma que todos somos obrigados a acessar o conhecimento de certo contexto através dessa atualidade (RODRIGO, 2009: 10). Sobretudo é possível afirmar que o que conforma o discurso jornalístico informativo é a proposta de um contrato pragmático fiduciário (RODRIGO, 1995:p.160-163). Ou seja, é um comportamento já esperado pelo telejornal que ofereça aos telespectadores os assuntos baseados em uma determinada confiança entre o jornalista e o telespectador.

Já sob uma ótica de uma epistemologia multicultural Semprini (1997) destaca algumas questões relevantes para a análise da questão da construção da realidade.

A realidade social não existe independentemente dos agentes e das teorias que a conformam e da linguagem que permite sua conceituação e sua comunicação. Toda objetividade é uma objetividade a partir de uma certa versão, mais ou menos eficaz, da realidade (SEMPRINI, 1997, p.59).

O autor ainda caracteriza a interpretação como um ato individual e subjetivo. Se a realidade não possui objetividade, fica reduzida a uma série de enunciados cujo sentido e estatuto de referência estão, por sua vez, submetidos às condições da enunciação, à identidade e às posições dos sujeitos da enunciação (enunciador e receptor). Mas ainda que coletiva, encontra-se enraizada nas competências de recepção que orientam a interpretação. (SEMPRINI: 1997). No mesmo pensamento afirma que a verdade tem de ser também relativa, com embasamento numa história pessoal ou em convenções coletivas.

Se as categorias e os valores sociais são o resultado de uma atividade social, se faz necessário analisar as relações concretas que os originam, as relações de força, os interesses dos grupos que defendem determinadas categorias e valores e como são marginalizados outros grupos (SEMPRINI, 1997, p.60).

Os fenômenos e eventos que povoam o mundo cotidiano precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se apresentam, deixando sempre uma margem de significação em aberto, a ser construída, exatamente porque se supõe que, no processo do conhecimento, o real não aparece imediatamente em sua face concreta e essencial. A construção da notícia se dá na apropriação de suas relações com o mundo. É assim que o homem transforma as coisas, tornando o mundo inteligível. E, embora o mundo não se esgote no que é aparentemente dado, mas é sempre uma possibilidade, a noção de mundo real é trabalhada, de acordo com o que experimentamos e como se apresentam as situações da vida cotidiana.

Nesse aspecto, as contribuições de Berger e Luckmann (2003), além de Tuchman (1993) também coadunam com a formação de um processo de construção social da realidade cotidiana. A perspectiva da sociologia interpretativa no jornalismo acentua as atividades dos informadores e das organizações informativas mais que as normas sociais, uma vez que os próprios critérios de noticiabilidade não estão pré-determinados pelas relações ou pela estrutura sociais. Berger e Luckmann (2003), na análise do jorna-

lismo como dispositivo de construção social da realidade admitem um processo dialético entre a realidade objetiva e a subjetiva. A partir da releitura da sociologia do conhecimento, os autores levam em consideração a opinião do senso comum como parte constituinte da realidade rotineira. Para eles a vida cotidiana é dominada por motivos pragmáticos e daí ocupa um lugar eminente no acervo social do conhecimento. “O capital social do conhecimento fornece meios de integrar elementos descontínuos (...). ‘Tudo aquilo que todo mundo sabe’ tem sua própria lógica e a mesma lógica pode ser aplicada para ordenar várias outras coisas” (BERGER & LUCKMANN, 2003, p.65).

Assim, pela ótica da Teoria Construcionista, as notícias ajudam a produzir uma determinada realidade, na qual o jornalismo cumpre com a lógica de forma facilitada, beneficiado pela presunção de verdade que já se encontrava anteriormente colada na percepção estabelecida por todos sobre as imagens amadoras.

José Marques de Melo contribui singularmente para o estudo desses formatos do fazer jornalístico dentro do contexto da cultura contemporânea, marcada por novas formas tecnológicas interativas de informação e comunicação. Sobre a pesquisa jornalística ele enfatiza que há no jornalismo uma nova corrente de estudos acadêmicos que elege a análise do discurso ou ainda rascunha o perfil sócio-político de um determinado momento, caracterizado pela descontinuidade e fragmentação.

Diante desse quadro, impõe-se uma ação investigativa articulada, de modo a registrar sistematicamente a história imediata do jornalismo praticado no Brasil. Trata-se de ensejar a sua comparação com outros períodos históricos e possibilitar a compreensão plausível da sua originalidade cultural, ao assimilar criativamente os padrões modernos, importados dos centros hegemônicos. O que não significa abandonar as tradições remanescentes daquelas práticas fincadas num modo essencialmente brasileiro de produzir e difundir notícias (MELO, 2003, p.13).

Discurso e Critérios de noticiabilidade

A avaliação do processo de *newsmaking* na construção da credibilidade jornalística delinea as ações que envolvem a produção de um discurso dito verdadeiro. A propriedade do discurso está relacionada à necessidade de poder e ao desejo (FOUCAULT, 2010, p.10) e em como símbolos, códigos e linguagens podem ser marcados em busca de objetivos e esclarecimentos previamente determinados. Desse modo, esse processo é consolidado na medida em que hierarquiza contextos e posicionamentos assumidos nas representações sociais. Um discurso é formalizado a partir da interligação das desconti-

nidades que promovem a sua existência (FOUCAULT, 1987, p.61-62). Por isso, podemos falar em um discurso histórico o qual não envolve, necessariamente, uma cronologia linear, mas a dualidade entre o que se afirma e o que se deve negar oportunamente. Ainda, cabe ressaltar o discurso que engloba as especificidades inerentes às coisas que não podem ser categorizadas em disciplinas, mas que, ainda assim, revelam um discurso assumido a partir de padrões comportamentais.

A construção social da sociedade, portanto, deriva da constituição de uma linguagem que será repetida enquanto permanecer inteligível para um agrupamento e funcionará como um referencial, preso a tradições históricas, que formalizará uma identidade e pertencimento (BERGER, LUCKMAN, 2003, p.116).

É possível afirmar que o discurso é preenchido por processos interativos inerentes a interditos e a permissões. Os conceitos de senso comum e do bom senso dialogam constantemente com o discurso, denotando sua descontinuidade, tendo em vista que necessitam tanto de princípios subentendidos das relações sociais como da ordenação das leis oficiais (GEERTZ, 2002). A compreensão do discurso se dá por sua capacidade de permanecer vivo e constantemente apontado por aqueles que o adotaram. O comentário renova a posição do discurso e a possibilidade de enxergar o que ainda pode ser dito e, portanto, apropriado continuamente e, no caso aqui, legitimado pela televisão através do vídeo exibido da Escola de Realengo.

De certa forma, a partir da legitimação de um discurso, do reconhecimento deste como designador de verdades, suas intenções são reafirmadas e confirmadas como sendo paradigmáticas para um dado contexto (FOUCAULT, 2010, p.37). O que se segue é todo um processo que busca dar legitimidade as vozes verdadeiras, em um processo relativizado através de vozes reverberantes dos inúmeros discursos que existem em uma formação social. E é nesse ponto que podemos identificar a atuação das organizações de comunicação e, por legitimarem e atuarem como fontes de informação, demarcam a sua credibilidade.

Nesse sentido Leonel Aguiar (2007) ao analisar os critérios de noticiabilidade, contribui para o entendimento das empresas jornalísticas elegerem um determinado acontecimento como noticiável:

Pela teoria do *newsmaking*, o jornalismo é um dispositivo de construção da realidade; logo, não pode ser mero reflexo do real. Ou seja, as notícias – e também as reportagens – não refletem os acontecimentos que se dão a ver, mas são antes de tudo construções narrativas que produzem condi-

ções de possibilidades através das quais a realidade se dá a conhecer. A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exige dos acontecimentos – tanto do ponto de vista da estrutura do trabalho nos jornais como também do profissionalismo dos jornalistas – para que possam adquirir a existência pública na formação discursiva denominada notícia. Qualquer acontecimento que não possua esses requisitos é excluído, por não ser adequado às rotinas produtivas e às normas da cultura profissional (AGUIAR, 2007).

Na esteira teórica o autor também destaca outro critério de noticiabilidade referente aos meios de comunicação. Outra forma de eleição de notícias seria a frequência relacionada ao lapso de tempo necessário para que um acontecimento tome forma e adquira significado. Quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio de informação, mais provável será a sua seleção como notícia (AGUIAR, 2007).

Considerações Finais

Sendo assim, o discurso é composto por descontinuidades, sejam elas históricas ou não, as quais revelam a sua particularidade de agregar diversas propostas em torno de objetivos sociais. O interesse em influenciar ou demarcar a atuação em sociedade promovem as diretrizes que dão relativa linearidade ao que se pretende enunciar. Linearidade esta delimitando a coerência e coesão demandadas pelo discurso. Podemos observar, então, três níveis de construção de credibilidade: através da tomada de um texto já legitimado como referencial; da produção de sentido a partir de diversas fontes de conhecimento; da organização científica do saber. A materialidade do discurso, inerente à sua estrutura, seria ressignificada através da credibilidade.

Os critérios de noticiabilidade, dentre os quais observados na teoria do agendamento, legitimaram os meios de comunicação de massa e os novos métodos de apropriação de discurso, tais como os organizadores da agenda pública. Esse papel assumido por esses veículos não é recente e está presente em suas origens. Essa atuação, em grande parte, se deve ao discurso assumido e a preocupação em dar sentido a fatos isolados e torná-los ferramentas capazes de legitimar relações sociais ou mudar rumos políticos e econômicos. No entanto a partir da colaboração de agentes externos, detentores de aparatos tecnológicos, na contemporaneidade é de fundamental importância que se dispense uma atenção especial para essa prática.

Por seu alcance e por sua profundidade, em se tratando de definir a agenda de uma sociedade, os veículos de comunicação assumem uma posição vetorial. Essa posi-

ção é organizada em torno da responsabilidade de ordenar as notícias em favor de um discurso que favoreça, por conseguinte, a perenidade de sua função social. Além disso, por estarem em contato com os fatos brutos, os jornalistas, em face da organização a qual pertence, interpretam os acontecimentos tornando-os atraentes para as audiências. A devoção das pessoas, e o consentimento de que as notícias revelam a realidade em que vivem, acaba por legitimar esse papel de reprodutor de um discurso no qual se deve confiar, dotado de credibilidade.

Assim, não se trata, enfim, de encerrar essa investigação sobre a construção da realidade e formação de discurso, portanto, uma notícia veiculada a partir da participação de agentes externos à redação jornalística. É apenas a observação de uma tendência que se apresenta franca e que a pesquisa em questão, longe de findar a discussão sobre o tema, compreende que o seu objeto ainda se encontra em processo decantação e ávido de averiguações.

Referências

AGUIAR, Leonel. **Ensinar as práticas a partir da Teoria do Jornalismo**: uma proposta pedagógica. In: Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, 10. Anais: Goiânia, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GEERTZ, Clifford. **O senso comum como sistema cultural**. In: **O Saber Local**: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

HALL, Stuart *et al.* **A produção social das notícias**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editoria, 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **As notícias como procedimento intencional**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega Editoria, 1999.

RODRIGO, Alsina Miquel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e Artes do Pós-humano: da Cultura das Mídias à Cibercultura**. 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SEMPRINI, A. (1997) **Le multiculturalisme**. Paris. PUF. In: RODRIGO, Alsina Miquel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega Editoria, 1999.

WOLF, Mauro. **O newsmaking: critérios de importância**. In: **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.